

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.155 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2000



NABOR APONTA RISCO À DEMOCRACIA NA AMÉRICA DO SUL

PÁGINA 2

Bloco Oposição se retira e Calheiros renuncia à presidência da subcomissão

Insatisfeito com os resultados das investigações sobre o desvio de recursos da obra do TRT-SP, bloco oposicionista desiste de participar do colegiado, cujo presidente também se afasta para não conduzir comissão “carimbada como governista”

PÁGINA 3

Heloísa: limites regimentais da subcomissão impedem elucidação



Simon também sai se não for aprovada convocação de ex-ministro



A subcomissão colheu 25 depoimentos desde sua instalação, entre os quais o de Eduardo Jorge

Calheiros diz que não preside comissão “carimbada como governista”



Lobão negou pressão governista sobre membros da subcomissão



Projeto cria benefícios para mãe por adoção

PÁGINA 4

Representantes de tribunais de contas visitam Senado

Objetivo da visita foi obter subsídios para o aperfeiçoamento da fiscalização.

PÁGINA 2



Doadores de sangue podem ficar isentos de taxa em concurso

PÁGINA 4



Alcântara deseja estimular doação, pouco praticada no Brasil

Nabor alerta para riscos de intervenção norte-americana

O senador considera que eventual presença militar dos Estados Unidos na Colômbia representa uma ameaça à democracia na América do Sul

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que uma possível intervenção militar e política dos Estados Unidos na Colômbia representará ameaça à democracia na América do Sul. Ele teme que guerrilheiros colombianos entrem no Brasil caso sejam derrotados em combate.

— Basta olhar o mapa e prestar atenção aos dados geográficos e à precária presença do Estado brasileiro na Amazônia para descobrir que será aqui que se instalarão — afirmou.

Avalia o senador que os produtores de coca, ao ver erradicadas suas plantações, também buscarão outro lugar para continuar produzindo a droga, com “o objetivo de suprir o mercado consumidor norte-americano”.

— Ao olhar as grandes extensões de terras brasileiras com esparsas



Nabor Júnior teme que guerrilheiros e narcotraficantes colombianos migrem para o Brasil

populações na Amazônia, é fácil prever que irão atravessar as fronteiras brasileiras para se instalar no país — disse.

Nabor Júnior chamou também a atenção para as tentativas de internacionalização da Amazônia, “metade da América do Sul”,

onde se localizam imensas reservas minerais e importantes recursos naturais.

O senador lembrou que o seu estado, o Acre, faz fronteira com a Bolívia, que já foi o maior produtor de coca antes do surgimento dos cartéis colombianos, e com o Peru, que tem produção significativa da droga e “vive um momento de efervescente mobilização rebelde”. São fatores, disse, que criam forte clima de instabilidade regional. “Não é difícil antever o que vem por aí”, alertou.

Na próxima semana, avaliou o senador, o tema da intervenção militar e política norte-americana na Colômbia deverá centralizar as atenções do Plenário e das comissões do Senado. “O Brasil não pode ficar inerte nem se omitir perante ameaças tão concretas e preocupantes à sua soberania e à sua paz interna”, observou Nabor Júnior.



Heloísa Helena e Lauro Campos também votaram na consulta promovida pela CNBB

Lauro e Heloísa participam de plebiscito sobre a dívida

Senadores e deputados de oposição reuniram-se na manhã de quarta-feira para participar do plebiscito nacional sobre a dívida externa. A urna foi instalada na Câmara dos Deputados. A senadora Heloísa Helena (AL), líder do PT, e o senador Lauro Campos (PT-DF) destacaram a importância de uma ampla participação dos cidadãos na consulta.

Organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidades sindicais e diversas organizações não-governamentais, o plebiscito ocorreu de 2 a 7 de setembro, e apresentou três questões aos votantes: “O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)?”; “O Brasil deve continuar pagando a

dívida externa, sem realizar uma auditoria pública dessa dívida, como prevista na Constituição de 1988?”; e “Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?”.

A senadora Heloísa Helena citou o “caráter plural das entidades organizadoras do plebiscito”, para contestar a ideia de que a iniciativa esteja simplesmente pregando o calote das dívidas interna e externa. Ela entende que o plebiscito deverá esclarecer, entre outros pontos, qual o sentimento da população em relação “à justiça de se continuar pagando uma dívida que já foi paga, com juros, mais de cinco vezes”.

Membros de tribunais de contas de países lusófonos visitam Senado

Representantes de tribunais de contas de sete países, acompanhados do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adhemar Ghisi, visitaram quarta-feira o Senado Federal. Eles estão no Brasil para participar do 4º Encontro de Tribunais de Contas de Países de Língua Portuguesa, que ocorre a cada dois anos.

De acordo com Adhemar Ghisi, o encontro teve como tema a relação das entidades superiores de contas com os parlamentos. Também foi debatida a utilização da informática para o aperfeiçoamento técnico da fiscalização financeira.

Entre os palestrantes do encontro, estiveram o ministro do Su-



Os representantes dos tribunais de contas estiveram no Senado acompanhados do ministro Adhemar Ghisi, do TCU

premo Tribunal Federal (STF) Luiz Octavio Galotti; o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; e Antônio de Souza Franco, representando o Tribunal

de Contas da União Européia. O Timor Leste, que conquistou recentemente a independência da Indonésia, participou do encontro como observador.

Osiris Lopes fala à TV sobre reforma tributária

O ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho falará sobre a reforma tributária no programa *Entrevista Especial*, que vai ao ar pela TV Senado no sábado e no domingo, às 11h e às 23h.

Entrevistado pelos jornalistas Fernando Cesar Mesquita e Helival Rios, Osiris, que é advogado, comenta a atual política do governo para o setor. Ele analisa questões como legislação tributária, evasão e guerra fiscal e o excesso de impostos que incidem sobre os assalariados, que respondem pela maior parte da arrecadação do país.

Osiris Lopes Filho também critica a

“bitributação”, e compara a situação tributária brasileira à de outros países. Ao contrário do que ocorre em nações desenvolvidas, diz, no Brasil a arrecadação de impostos não traz benefícios aos que mais contribuem.

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Heloísa Helena anuncia que oposição deixa a Subcomissão do Judiciário

Insatisfeita com “limites regimentais” que impedem a elucidação das denúncias sobre o TRT-SP, senadora critica decisão de transferir para a Comissão de Fiscalização a audiência de autoridades

Como líder do Bloco Oposição, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) comunicou na quarta-feira, da tribuna do Senado, que a oposição decidiu pela saída de seus membros da Subcomissão Permanente do Judiciário, que investiga o desvio de recursos públicos na construção do fórum



Heloísa Helena fez críticas à atuação do Banco Central

do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Ela reconheceu um único mérito nos trabalhos realizados até agora pela subcomissão: eles teriam desmentido o ex-secretário-geral da Presidência

da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Entre os motivos que levaram à decisão, Heloísa Helena salientou que os limites regimentais da subcomissão impedem a elucidação dos fatos e que, apesar de o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ter garantido

que a subcomissão teria poderes para quebrar o sigilo fiscal e bancário de pessoas e empresas envolvidas nas denúncias, isso não ocorreu.

Outra razão para a saída foi a atuação do Banco Central, marcada

pela morosidade no atendimento às solicitações de rastreamento de contas, feitas pelo Ministério Público Federal e acolhidas pela Justiça, “e por uma atuação política que vem dificultando o andamento das investigações”, explicou. Finalmente, ao decidir transferir para a Comissão de Fiscalização e Controle — “sabidamente inoperante” — a responsabilidade de convidar autoridades e ex-autoridades para audiências públicas, a subcomissão teria demonstrado, na opinião da senadora, “a clara intenção da base governista de evitar qualquer possibilidade de ligação entre os fatos da investigação e o presidente da República”.

Para a senadora, ao “ressuscitar” a Subcomissão do Judiciário, a base

governista pretendia que ela fosse uma resposta ao clamor social favorável à investigação do desvio de recursos públicos, com julgamento dos envolvidos e devolução do dinheiro desviado.

Como a subcomissão foi “enterrada” na quarta-feira, segundo a senadora, a oposição atuará na Comissão de Fiscalização e Controle. Para tanto, ela pediu ao senador Romero Jucá (PFL-RR), presidente da comissão, a agenda e o cronograma dos depoimentos a serem colhidos. Caso fique demonstrado que a comissão permanente também não tem instrumentos adequados às investigações, Heloísa Helena disse acreditar que a própria realidade cuidará de enterrá-la também.

Simon também sai se Carvalho não for ouvido

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) deixará a Subcomissão do Judiciário caso não seja aprovado o requerimento para que seja ouvido o ex-ministro da Casa Civil Clóvis Carvalho. Simon anunciou sua intenção na quarta-feira, ao lamentar a decisão “respeitável e compreensível” do Bloco Oposição

de abandonar a subcomissão. “Defendo a tese de ficar na subcomissão mais algum tempo, mas não vou facilitar”, afirmou.



Simon: convocação do ex-ministro é de “uma lógica retilínea”

Na avaliação do senador, apenas uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) teria condições de aprofundar as investigações sobre as denúncias de tráfico de influência na liberação de recursos para a obra do fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. “Foi o próprio Eduardo Jorge quem chamou os jornalistas e deu uma entrevista revelando fatos que justificavam a criação de uma CPI”, lembrou Simon.

Ao defender a convocação de Carvalho, que está sendo combatida pelo líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), Simon citou declaração do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, à subcomissão. O ministro disse não ter tratado do pedido de recursos ao Congresso Nacional para a obra do TRT-SP diretamente com o presidente da República, tendo repassado o projeto de lei ao ex-ministro chefe da Casa Civil. O Congresso, lembrou Simon, já havia rejeitado pedido anterior por conta de matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre irregularidades na obra.

— A convocação do Clóvis Carvalho é de uma lógica retilínea. É natural que a gente queira ouvir o ex-chefe da Casa Civil. Sinto que os membros da subcomissão vão votar a favor e que o senador Arruda está falando sozinho contra a convocação. Se a convocação não for aprovada, não resta mais nada a fazer — disse o senador.

Governo não pressiona, garante Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) negou que o governo tenha pressionado os membros da Subcomissão do Judiciário durante as investigações do desvio de verbas da obra do Tribunal Regional de São Paulo (TRT-SP). Em discurso na quarta-feira, Lobão afirmou que a oposição só deixou a subcomissão porque as investigações não chegaram às conclusões desejadas pelos opositores.

— Não se deve culpar o governo neste episódio, já que, se a oposição não teve competência para chegar aos resultados que procurava, o problema é dela — disse.

O senador, que fez um relato de todos os passos dados pela subcomissão, lembrou que a oposição está querendo a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 2, já que a CPI do Judiciário foi até as últimas consequências, com relatório aprovado pelos parlamentares opositores.

O senador observou que para a instalação de uma CPI é preciso o consentimento da maioria parlamentar e disse que, se isso não ocorre, é porque a oposição não tem número suficiente. Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a comissão só não se instala porque alguns parlamentares têm medo de se manifestar.

Renan Calheiros decide renunciar à presidência

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) deixou na quarta-feira a presidência da Subcomissão do Judiciário. Ele anunciou sua decisão em Plenário depois de tomar conhecimento de que o Bloco Oposição havia desistido de participar do colegiado, insatisfeito com os resultados das investigações feitas até o momento sobre o desvio de recursos públicos da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

“Não vou presidir uma comissão carimbada como governista”, afirmou Calheiros, após lamentar a decisão adotada pelo bloco opositor. “Sem a participação democrática de todos os partidos representados no Congresso, a subcomissão perde os conceitos de isenção, equilíbrio e independência e, portanto, não obterá a credibilidade necessária para dar a satisfação que a sociedade brasileira merece e espera de nós.”

A subcomissão foi criada ainda no final do ano passado, para acompanhar os desdobramentos das investigações feitas pela CPI do Judiciário. Mas sua instalação só ocorreu em agosto, após a publicação de denúncias de envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pelo desvio de recursos da construção do fórum trabalhista

de São Paulo.

Desde a sua instalação, recordou Calheiros, a subcomissão colheu 25 depoimentos, entre os quais o do próprio Eduardo Jorge. Os parlamentares de oposição mantiveram, no entanto, a defesa da criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o assunto, uma vez que ela poderia quebrar os sigilos bancário, telefônico e fiscal das pessoas investigadas. O bloco chegou a apresentar a Renan Calheiros requerimentos de quebra de sigilo dos supostos envolvidos, que o presidente da subcomissão encaminhou à Mesa do Senado.

“PORTAS FECHADAS”

Calheiros afirmou que, por enquanto, não há fato que justifique a criação de uma CPI. Admitiu, porém, apoiar a ideia se novas informações surgirem. O senador advertiu que a oposição fechou, com a sua decisão, a única porta até então aberta às investigações. Uma vez fechada essa porta, que mantinha as investigações na ordem do dia, o tema poderá entrar, na sua opinião, em uma “zona cinzenta de esquecimento”.

Antes de deixar a subcomissão, Calheiros cancelou todos os de-



“Não vou presidir uma comissão carimbada como governista”, diz Calheiros

poimentos que já estavam marcados, entre eles os dois previstos para a próxima semana — do ex-secretário-geral da Presidência da República Mauro Durante, previsto para terça-feira, e da ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Distrito Federal, juíza Maria de Assis Calsing, marcado para quarta-feira.

O senador lembrou que as reuniões da subcomissão eram transmitidas pela televisão e mantinham a opinião pública informada a respeito do que se estava investigando. Por isso, ele afirmou lamentar a opção dos opositores. “A desqualificação da subcomissão pode servir também para sepultar o assunto, e isso só vai agradar àqueles que sempre pretenderam isso”, observou Calheiros.

Em nota que leu no Plenário, o senador recordou que, além dos depoimentos colhidos até esta semana, a subcomissão procurou aproximar-se de todos os órgãos públicos que, de alguma forma, poderiam auxiliá-la nas investigações, como o Ministério Público, o Banco Central, a Receita Federal, a Polícia Federal e o Tribunal de Contas da União.

Marluce quer proteger mãe por adoção

Senadora propõe estender licença e salário-maternidade às mulheres que adotarem ou receberem a guarda judicial de crianças. Matéria será examinada pela CAS



Marluce Pinto afirma que custo do novo benefício será "ínfimo em relação aos resultados positivos"

Licença e salário-maternidade para as mulheres que sejam mães por adoção ou recebam a guarda judicial de crianças. Este é o objetivo de projeto apresentado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) para modificar a lei em vigor, ampliando a proteção à maternidade, atualmente restrita às mães naturais. Ela entende que essa iniciativa irá contribuir para que o país reduza "a

inquestionável dívida social com os menos favorecidos".

De acordo com a proposta da parlamentar, a mulher que adotar ou obter a guarda judicial de criança de até um ano de idade terá direito a 20 dias de licença-maternidade. Caso a criança tenha mais de um ano e menos de cinco, o prazo de licença será de 30 dias. Já o salário-maternidade será devido, de acordo com o projeto, "às seguradas, inclusive as domésticas, adotantes ou com guarda judicial de crianças, pelo período de 120 dias, quando a criança tiver menos de um ano de idade, e de 30 dias, quando a criança tiver entre um e cinco anos de idade".

Na avaliação de Marluce Pinto, "a adoção representa um institu-

to de interesse de toda a sociedade". Os custos da concessão desse benefício, acrescenta, "são ínfimos em relação aos resultados positivos, em termos de saúde e educação, pois uma criança abandonada representa um custo social e potencial incalculável".

O procedimento da adoção, por outro lado, lembra a senadora para reforçar a defesa de sua proposta, envolve uma sucessão de "atos complexos e prazo de adaptação, durante o qual a mãe precisa dedicar-se com exclusividade à construção da relação materno-infantil". O projeto foi encaminhado para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo. Caso seja aprovado, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.



Lúcio Alcântara sugere isentar doador de sangue da taxa de inscrição em concurso

Lúcio Alcântara propõe novo incentivo a doador de sangue

Projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) propõe a isenção do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos para as pessoas que voluntariamente doarem sangue até três meses antes de se inscrever. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramita em caráter terminativo.

Pelo projeto, as pessoas que fizerem doações para bancos de sangue mantidos por instituições estatais e autárquicas ficarão isentas do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pela administração pública, seja ela nacional, estadual ou municipal. O atestado da doação apresentado pelo candidato dará gratuidade para somente um concurso, sendo retido no ato da inscrição.

Em sua justificativa, o parlamentar lembra que apenas 0,7% da população brasileira é doadora de sangue, índice três vezes menor do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A maior parte, segundo ele, está concentrada nas classes C e D.

O senador argumenta que o estímulo à doação voluntária tem de ser feito permanentemente e lembra que a Consolidação das Leis do Trabalho e o Regime Jurídico Único do funcionalismo público prevêm o abonoamento do dia de trabalho do doador de sangue. Justificou ainda que o benefício de isenção da taxa de inscrição é de fácil administração e sem impacto econômico significativo para o poder público, "ao mesmo tempo que oferece estímulo e compensação relevantes para que uma pessoa opte pela doação".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h — Saúde/Unip — Evolução do parto — parte 2
6h30 — Cidadania — Sen. Lauro Campos e o representante da Unesco, Jorge Wertheim, falam sobre a violência e as desigualdades sociais
7h30 — Entrevista — Sen. Henrique Loyola fala sobre o ensino profissionalizante
8h — Especial — Símbolos nacionais
8h30 — TV Escola — 500 anos: O Brasil-Colônia na TV — Gente colonial
9h — Cores do Brasil — Camboriú
9h30 — Seminário da Advocacia-Geral da União — parte 1
11h — Entrevista Especial — Osiris Lopes Filho, ex-secretário da Receita Federal
16h — Seminário da Advocacia-Geral da União — parte 1
17h30 — Revista Brasília
18h30 — Especial — Símbolos Nacionais
19h — Cores do Brasil — Pernambuco
19h30 — Debate Especial — Brasil: Independência e Interdependência, professores Evilásio Guerra

Cavalheiro e Nelson Câmara de Carvalho Filho
20h30 — Entrevista Especial — Osiris Filho, ex-secretário da Receita Federal
21h30 — Canal Médico — Esclerose múltipla
22h30 — Teatro Arthur Azevedo — Show Estrela do Norte, com Papete
24h — Redescoberta do Cinema Nacional — Guerra dos Pelados, de Sylvio Back

RÁDIO SENADO HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

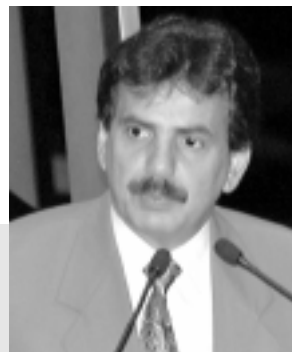
Ademir critica governo por conter os salários e aumentar as tarifas

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou os critérios diferentes usados pelo governo para autorizar reajustes de tarifas de serviços privatizados e salários. Segundo ele, o governo tem permitido reajustes até superiores à inflação para as tarifas, mas nega aos salários dos trabalhadores até mesmo a reposição da inflação passada.

— Dois pesos e duas medidas, usados sempre contra o povo brasileiro. O aumento das tarifas acima da inflação é uma das consequências nefastas da privatização dos serviços — disse Ademir.

O senador lembrou que a assinatura básica do serviço telefônico residencial custava R\$ 3,73 em janeiro de 1997. Em junho do mesmo ano, durante a preparação da privatização da Telebrasil, a tarifa saltou para R\$ 13,81. Em agosto, chegou a R\$ 16,14, e agora está em R\$ 19,77 — preço que é cobrado mesmo que o telefone não seja usado.

Segundo Ademir, o modelo de privatização adotado pelo governo procurou atrair grupos investidores privados embutindo nos contratos de concessão a garantia de rea-



Para Ademir, governo usa "dois pesos e duas medidas, sempre contra o povo"

justes anuais generosos, amarrados a índices de inflação.

Esse modelo de privatização, segundo ele, se baseava na garantia de reajustes anuais automáticos para atrair investidores. "Foi por isso que os investidores ofereceram altíssimos ágios para ganhar os leilões de privatização, chegando a pa-

gar R\$ 22 bilhões, o dobro do preço estimado", esclareceu.

Ademir Andrade acrescentou que o ágio pago pelos grupos privados que arremataram as estatais "nada custa, porque pode ser abatido do imposto de renda a pagar". Salientou que, apesar da possibilidade de crise no abastecimento de energia elétrica a partir de 2001, os grupos privados relutam em participar do programa de construção de dezenas de termelétricas.

Enquanto isso, segundo Ademir, nos Estados Unidos os senadores dizem que não se pode deixar em mãos de governos estrangeiros um setor estratégico como telecomunicações, e rejeitam a compra de uma empresa telefônica americana, a VoiceStream, pela Deutsche Telekom, da Alemanha.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7